

HISTÓRIA: A POLISSEMIA DE UMA PALAVRA

Guilherme Pereira das Neves*

À memória de
Manoel Maurício de
Albuquerque

Desde que Marc Bloch viu-se em dificuldades para explicar ao filho qual a finalidade da História, como ele próprio narra logo no início do **Métier**, nem os historiadores, nem os filósofos conseguiram avançar, significativamente, no sentido de esclarecer o já mais que secular debate sobre o estatuto dessa disciplina como conhecimento. Pelo contrário, a polêmica reacendeu-se, na medida em que as ciências sociais apresentavam reivindicações próprias; que os historiadores, seguindo os passos da chamada "escola dos **Annales**", adotavam novos métodos e concepções do seu ofício; que correntes marxistas, de diversos matizes, inseriam-se nos debates acadêmicos; e que ganhavam impulso as reflexões conduzidas pelos filósofos das ciências e pelos teóricos da literatura e da linguagem.

Este artigo — resultado das reflexões de um professor, enfrentando, diante de seus alunos, problema semelhante àquele por que passara Bloch — não tenciona, nem poderia, trazer "mais lenha para a fogueira", assim armada. Na realidade, seu objetivo é bem específico; embora pretencioso. Como, até o momento, nenhuma solução satisfatória para a questão pareça ter surgido da elocubração de inúmeras cabeças pensantes, ao longo de tanto tempo, ele parte do pressuposto de que a dificuldade não reside na resposta e sim na pergunta: ao indagar se a História constitui ou não uma ciência, os historiadores e demais pensadores deixam de questionar-se sobre a disciplina de que estão a tratar e consideram-na, **a priori**, como algo já definido e monolítico. Ignoram, ou relegam a um segundo plano, o fato de que, etimologicamente, a palavra **história** significou busca, indagação, e que, de tão antiga, "não proíbe, de antemão, direção alguma de pesquisa".¹ Os filósofos e cientistas sociais não parecem dar-se ao

trabalho, na maioria das vezes, de verificar as inovações introduzidas no trabalho dos historiadores profissionais nos últimos cinquenta anos; estes, em compensação, desconhecem ou consideram apressadamente os resultados alcançados pelas discussões daqueles; e uns e outros acabam tomando, por referência, uma História e uma Ciência descarnadas e, em última análise, ilusórias.² Estabelece-se, assim, uma série de confusões, revestindo-se cada texto particular de conotações ocultas, não-explicitadas, idiossincráticas ao autor, que impedem o prosseguimento do debate.

Diante dessa situação, este artigo pretende aventar a hipótese de que a dificuldade não reside, por enquanto, numa ainda insuficiente elaboração epistemológica ou gnosiológica, mas sim na pequena relevância que é dada a essa multiplicidade de direções possíveis de busca, que se oferecem ao historiador, escondidas que ficam sob uma insidiosa diversidade de significados, todos eles acolhidos sob o generoso rótulo de **História**. É esta **polissemia** que cumpre esclarecer, a fim de que à pergunta — “Qual o estatuto da História como conhecimento?” — seja possível encontrar **respostas** esclarecedoras.

A diversidade das práticas historiográficas

Inicialmente, é necessário estabelecer uma distinção entre **pensamento histórico** e **prática historiográfica**. Sem dúvida, é possível remontar à Grécia clássica, pelo menos, com Heródoto e Tucídides, a presença de um pensamento sobre a História, que permaneceu como uma das indagações humanas fundamentais até os dias atuais, no seio de todas as sociedades dotadas de escrita.³ No entanto, levadas talvez pela “obsessão com as origens”, de que, ainda uma vez, falava Marc Bloch,⁴ as análises historiográficas contemporâneas procuram, em geral, identificar esse pensamento com uma prática historiográfica única, que gradualmente se transformou, ao longo de quase três mil anos, aperfeiçoando-se pouco a pouco, até alcançar o trabalho cotidiano dos historiadores profissionais de hoje. Essa postura é, justificadamente, criticada por alguns autores, como Michel de Certeau, por exemplo,⁵ estribados na refutação de que seja possível encontrar critérios para avaliar uma época — ou sua produção — como superior ou inferior a qualquer outra, a não ser que sejam julgadas, à moda do século XIX, com os olhos do presente, o que conduz a um evolucionismo simplista, com base numa idéia linear e unívoca de progresso.

É preciso, ao contrário, distinguir duas ordens de problemas. Em primeiro lugar, de um ponto de vista mais filosófico,⁶ se o pensamento histórico data de muitos séculos, a produção de seus resultados nem sempre obedeceu a considerações idênticas: traduziu-se, na realidade, em práticas historiográficas diversas. Em segundo lugar, numa perspectiva mais sociológica, essas práticas diferentes ocuparam lugares distintos no interior do campo intelectual da sociedade em que se realizaram.⁷

Até o início do século XIX, é possível distinguir quatro práticas historiográficas, cada qual correspondendo a um certo **paradigma**, no sentido que Thomas S. Kuhn atribui a este termo.⁸ Evidentemente, nenhuma delas pode ser precisamente enquadrada em determinado período ou local. São instrumentos teóricos de análise e, na realidade histórica, em determinados momentos, conviveram entre si; em outros, ignoraram-se mutuamente ou até desprezaram-se; em outros, enfim, sucederam-se. Não caberia aqui definir minuciosamente cada um desses paradigmas; trata-se apenas de distingui-los rapidamente, a fim de constatar a viabilidade de considerar-se o pensamento histórico, materializando-se em práticas historiográficas diversas.

O primeiro paradigma, cujo modelo seria o da produção dos historiadores greco-romanos, caracteriza-se por ver na História um conjunto de feitos, do qual podem-se extrair lições para a conduta dos homens: é uma "história exemplar".⁹ Parte, por conseguinte, do pressuposto da imutabilidade da natureza humana e das circunstâncias em que ela atua, o que significa, no fundo, como salientou R. G. Collingwood,¹⁰ uma perspectiva a-histórica. Esta ótica alterou-se com a difusão do pensamento cristão, que, concentrando na divindade todos os atributos absolutos, historicizou e universalizou a criação. Tratava-se, agora, de desvender o sentido que Deus estabelecera para as criaturas, e o pensamento histórico converteu-se numa **filosofia da História**.¹¹ E este foi o segundo paradigma.

A partir do Renascimento e das Reformas, o panorama tornou-se mais complexo.¹² De um lado, a revalorização da Antiguidade clássica colocou os historiadores greco-romanos novamente como modelos, recuperando-se a noção de uma história de exemplos, cultivada por beletistas, que logo foi manipulada pelo poder, provocando o desprezo de algumas das mentes mais agudas do século XVII.¹³ Ao mesmo tempo, a filosofia da História tendeu a transformar-se numa reflexão

mais secularizada sobre a História dos homens, aproximando-se de uma indagação sobre os motivos e causas humanas de atos humanos, que culminou na denominada "histoire philosophique" do século XVIII. Com Montesquieu, Voltaire, Hume e até com Adam Smith, encontra-se, assim, um terceiro paradigma, cuja preocupação é a de explicar as sociedades humanas como totalidades, que constituiriam um sistema tão acessível à razão humana, quanto Galileu e Newton tinham demonstrado ser o universo.¹⁴ Ou seja: propunha-se a elaboração de uma teoria da sociedade. Finalmente, **last but not least**, as disputas teológicas da Idade Moderna e a necessidade de compreender e purificar os textos clássicos conduziram a um prodigioso desenvolvimento da erudição (no sentido etimológico de ensino, de instrução necessária para tornar inteligível),¹⁵ mas que limitou-se, na maioria das vezes, a uma compilação minuciosa de detalhes, sem a preocupação de integrá-los numa visão abrangente e explicativa.¹⁶ É este o quarto paradigma.

Do século XVI ao XVIII, portanto, conviveram, de certa forma, esses quatro paradigmas. Não constituíram exatamente compartimentos estanques, mas também não chegaram a combinar-se, apesar da obra de Edward Gibbon, para realizar uma obra "suficientemente inédita para atrair um grupo duradouro de aderentes", nem para estabelecer uma problemática, em relação à qual os novos praticantes pudessem identificar e resolver dificuldades específicas.¹⁷ Os beletistas e os "philosophes" não desdenharam completamente a contribuição dos eruditos; no entanto, não reconheceram explicitamente a sua importância.¹⁸ Este passo só foi dado, definitivamente, em inícios do século XIX, com o célebre posfásico de Leopold von Ranke ao seu **Histórias dos povos latinos e germânicos** (1824). A partir desta inflexão, surgiu o paradigma da prática historiográfica contemporânea, propondo-se a criar explicações, mas com base em sólido material empírico, assegurado pelo arsenal de técnicas da crítica histórica, desenvolvido pelos eruditos.¹⁹

Contudo, isso não significou que os paradigmas anteriores tenham desaparecido. Ainda hoje em dia, não é difícil encontrar-se produções que prolongam a linhagem da história "exemplar" dos beletistas, a da erudição pela erudição e a da filosofia da História.²⁰ A "histoire philosophique", como já indicava o próprio Adam Smith no século XVIII, fragmentou-se, abrigando-se nas ciências sociais, que se constituíram ao longo do século passado, e fugiu, de uma certa forma, da órbita da História; pelo menos, até que os historiadores tomassem

consciência desse processo e reiniciassem uma tentativa de reaproximação — o que não ocorreu senão em inícios do século XX.²¹ A implantação do paradigma rankiano, porém, ocorreu paralelamente à criação de um **ofício de historiador** no século XIX, e, por conseguinte, as transformações da prática historiográfica, desde então, envolvem também a segunda ordem de questões, enunciada mais acima: o do lugar da História no campo intelectual da sociedade que a pensou.

Nesse aspecto, o século XVIII constitui um momento fundamental, na medida em que representa a autonomização do campo intelectual, em relação ao campo político e ao religioso.²² E é no século XVIII que encontram-se os primeiros traços da combinação entre especulação e documentação que caracterizará a prática historiográfica do XIX.²³ No entanto, a História ainda não se transformara num **ofício**, isto é, num trabalho de determinados indivíduos que não mais se viam como filósofos, eruditos ou artistas, mas como historiadores, e como tais eram tidos pela sociedade, que lhes facultava os meios de sobrevivência. A partir de Ranke e de Guizot, da criação de cadeiras de História nas faculdades, da introdução da disciplina nos currículos escolares, da organização dos arquivos e da fundação de instituições e revistas especializadas, criava-se o “mundo dos historiadores”, o campo intelectual da História, com seus produtores, seus agentes de difusão, suas instâncias de consagração e seu público. Desde então, os antigos paradigmas foram relegados a um segundo plano, considerados como atividades amadorísticas ou características de outros campos.

A História, disciplina profissional, surgia. Como explicar este súbito prestígio? A instituição historiográfica organizou-se estreitamente relacionada à valorização da História como conhecimento apropriado para despertar a idéia de **nação**, cuja necessidade fazia-se sentir, após a Revolução Francesa, para substituir a legitimação do poder através da origem divina dos mandatos régios pela legitimação através da vontade da maioria, que se impunha juntamente com a concepção de um contrato social entre governantes e governados. Se o governo fosse visto como governo de indivíduos sobre indivíduos, não haveria como esconder que o Estado continuava a representar os interesses de alguns, em detrimento dos interesses de muitos. Porém, se os interesses da maioria de uma população, socialmente diferenciada e politicamente dividida, fossem subsumidos ao interesse da nação, entidade abstrata coletiva, os interesses dos indivíduos e das classes seriam sublimados

por um interesse comum, identificando a todos como cidadãos. Contudo, não se tratava de um fato evidente e tinha, por isso, de ser criado e divulgado. Os historiadores encarregaram-se de criá-lo. A uniformização administrativa e jurídica de um território, conduzida pelo Estado, foi justificada pela definição de um patrimônio cultural do "povo", que eles propunham-se a revelar, escondendo, assim, nas origens e experiências comuns do passado, as contradições e diferenças sociais que se pressentiam no presente. Da difusão, encarregou-se o ensino obrigatório.²⁴

A História podia, nesse momento, reivindicar essa pretensão, na medida em que o paradigma rankiano atribuía-lhe, ao combinar explicação e prova, num ambiente crescentemente cientificista, o caráter de uma ciência. Mas, uma vez consagrada, viu-se enredada em sua própria glória. Ao profissionalizar-se, oficializou-se. E perdeu a inquietação da "histoire philosophique", conservada, de um lado, pelas nascentes sociais, cada qual procurando, penosamente, refazer o percurso que ela, de certa forma, já percorrera, de unir teoria e empiria para cada campo específico; ou então, de outro lado, expandida para uma crítica radical à sociedade da época, mais ou menos rigorosa, conforme a inteligência e a profundidade de seu porta-voz. Enquanto isso, os historiadores definhavam. Sua prática convertia-se na multiplicação de trabalhos míopes, sob a forma das célebres monografias eruditas do final do século XIX. A História continuava a ser erudita, mas mostrava-se cada vez mais impotente de ser esclarecedora. No conjunto do campo intelectual, ligado à análise das sociedades, a instituição historiográfica perdeu terreno diante das ciências sociais, que se constituíram, como indica Pierre Vilar,²⁵ em grande parte, como uma reação à obra de Marx — efetivamente teórica e empírica, esclarecedora, mas exterior ao meio acadêmico oficial. O "mundo dos historiadores" reagia, ou morria.

As discussões do historicismo²⁶ na Alemanha, a absorção delas no ambiente francês, a criação da **Revue de Synthèse**, as obras de Pirenne, de Sée, de Mantoux e de outros, e sobretudo a fundação dos **Annales d'Histoire Économique et Sociale** por Marc Bloch e Lucien Febvre, em 1929, indicam a reação da instituição historiográfica. Reação que significou, em primeiro lugar, a recusa de uma prática meramente historicizante, que excluísse a possibilidade de fazer da História esclarecimento; em seguida, significou uma abertura para as ciências sociais, das quais passou a importar modelos expli-

cativos e técnicas de análise; significou, enfim, uma certa aceitação do marxismo, como uma outra possibilidade de voltar a dignificar a prática do historiador.²⁷ Esse movimento não se limitou, porém, à França e pode ser detectado em diversos outros meios intelectuais: na Holanda, com Huizinga; nos Estados Unidos, com Beard e Hamilton; no próprio Brasil, apesar de suas especificidades, com as obras quase contemporâneas de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., enveredando por caminhos já indicados anteriormente por Capistrano de Abreu.²⁸ No entanto, principalmente após a 2ª Guerra mundial, o grupo dos **Annales** adquiriu tamanho poder no campo intelectual francês e tamanha projeção no exterior que pode ser considerado o paradigma da prática historiográfica profissional contemporânea.²⁹ E neste sentido será tomado daqui por diante.

Entretanto, a fixação deste paradigma não equivaleu ao fim das ambigüidades da História como disciplina. Como ao longo da Idade moderna, convivem, no interior dos **Annales**, mais de uma concepção do que seja o "fazer a história".³⁰ Se a história de exemplos, se as filosofias da História, se a erudição pela erudição parecem definitivamente afastadas das instâncias de consagração e de difusão dos historiadores profissionais, o mesmo não ocorre em relação às duas possibilidades que a "histoire philosophique" criou no século XVIII. De um lado, a narração do que ocorreu de fato, mas com a intenção de produzir uma versão do ocorrido, capaz de torná-lo compreensível, na linhagem de Ranke, de Guizot, de Michelet; de outro, a utilização do ocorrido como campo de prova para verificar a pertinência de uma certa teoria, sobre algum aspecto da sociedade, elaborada pela mente do pesquisador, como uma combinação de variáveis, na linhagem de Marx e das ciências sociais. Essas duas vertentes — denominadas por François Furet,³¹ respectivamente, de "história-narração" e de "história-problema" — conservam, no interior do atual paradigma da prática historiográfica profissional contemporânea, a polissemia da palavra história, apontada, no início deste texto, como um obstáculo para clarear a questão do seu estatuto como conhecimento. Cumpre, portanto, trazê-la à luz e, em seguida, na medida do possível, expor as implicações que acarreta.

As duas práticas historiográficas profissionais contemporâneas

Na **história-narração**, cujo paradigma foi estabelecido por

Ranke, a documentação de época constitui a matéria-prima da prática historiográfica. Define-se, assim, mais por seu objeto material do que por uma demarcação teórica. O documento, como ponto de partida, leva, pela estrada da crítica, ao fato, o verdadeiro ponto de chegada.³² Cumpre, inicialmente, catalogar, extrair dos textos a particularidade, o individual, o único e, com o auxílio súpil da crítica, estabelecer os detalhes que caracterizam o evento irrepetível. Como um entomologista, distinguindo um tipo de inseto de outro e extasiando-se face a uma espécie ainda não classificada. Trata-se, no fundo, de uma taxinomia, perfeitamente capaz de chegar a alguns resultados claros, precisos e objetivos, mas num nível elementar: o de nomes, locais e datas corretos de cada acontecimento, embora nada desprezíveis.³³

Ao individualizar, dessa forma, os eventos concretos, essa prática historiográfica só consegue reter entre eles uma única conexão: aquela que a própria passagem do tempo lhes conferira, erigindo-se a cronologia em critério fundamental para organizar o material coletado. No entanto, como observa Gérard Mairet, "a cronologia dos acontecimentos é não-significante, uma vez que se encontra pré-determinada."³⁴ Como, por outro lado, nenhum acontecimento existe fora de uma série, que permite justamente destacá-lo, a história-narração passa a definir-se como

uma seriação homogênea do heteróclito. Todos os acontecimentos, materiais e espirituais, econômicos, políticos, culturais em geral, são nesta 'história' fundidos numa série homogênea. Quer dizer, em série temporal.³⁵

O milagre da costura desse material heteróclito realiza-se por meio do discurso, isto é, da narração, que vem a ser o reflexo da "concepção clássica do tempo histórico como uma série de descontinuidades descritas sob a forma do contínuo".³⁶ Essa prática historiográfica revela-se, sobretudo, um **historicismo**, ou seja: concebe sua capacidade explicativa, como aquela que identifica acontecimentos anteriores (de qualquer tipo), como capazes de gerar acontecimentos posteriores (também de qualquer tipo). Já que lida com eventos extremamente complexos, porque reais — como guerras, tratados, decisões administrativas, opções políticas, atitudes coletivas — não pode dispensar o exame exaustivo das fontes, igualmente heteróclitas, consideradas o instrumento adequado para revelar a **totalidade** dos acontecimentos. Porém, não pode pres-

cindir de uma escolha, ou ver-se-ia na contingência de recuperar integralmente o passado, implicando em dispensar à obra tanto tempo quanto exigiu-o o desenrolar do processo. Tampouco pode deixar de recorrer a artifícios, como o de valorizar certos personagens (os **heróis**), ou acontecimentos excepcionais (os **fatos históricos**), que servem de "ponte" para fazer progredir o falso contínuo da narração, através dos despenhadeiros do verdadeiro contínuo histórico.

Os personagens e fatos, escolhidos por critérios pouco claros, até para o próprio historiador, passam a significar generalizações, exemplos típicos de certos comportamentos ou processos, entre os quais torna-se possível estabelecer — por esta via — nexos de causalidade e de inteligibilidade. Desempenham o papel de "nós", no tecido esgarçado da narrativa que, assim, salta de um para outro, unindo-os e, portanto, explicando-os, com base nos elementos comuns, mas escondidos, entre uma generalização e outra. Essas generalizações pressupõem, sem dúvida, uma concepção do homem e da sociedade, do ponto de vista psicológico, político, sociológico e até econômico, mas, ao deixar de explicitá-la, carecem, quase sempre, de elaboração, aproximando-as das formulações do senso comum, aproximando-as daquilo que o historiador julgar o "bom senso" de sua época, com uma inevitável seqüela de imprecisões, incoerências, fragmentações, utilitarismo e argumentos de autoridade.³⁷ No século XIX, por exemplo, significou — uma vez que os historiadores eram majoritariamente oriundos do meio burguês — a exaltação da visão-de-mundo da burguesia triunfante, transformando-se a História numa longa marcha da humanidade em direção ao progresso, à liberdade, à ciência, ao bem-estar e à paz social, através de uma sociedade, no fundo, imutável, povoada de sujeitos neutros.³⁸ Nos últimos anos, possibilitou que se considerasse indispensável criar uma "história dos vencidos", para opor à "história dos vencedores" dominante, como se uma pudesse ser superior à outra, só porque adota critérios diferentes de seleção de fatos e personagens. Na realidade, a prática historiográfica narrativa, seja de que ótica for, fica impedida de transcender o nível dos próprios acontecimentos e encurrala-se numa descrição do ocorrido.

Na sua versão inicial, essa prática padeceu de uma flagrante ingenuidade filosófica, considerando seus resultados como verdades objetivas e ignorando a participação do pesquisador em seu trabalho.³⁹ Foi, por isto, taxada de positivista; embora, talvez, fosse mais adequado denominá-la **empiricista**,

para evitar as ressonâncias (de que o primeiro termo se reveste) com a obra de Augusto Comte, cujas idéias raramente penetraram no círculo dos historiadores profissionais.⁴⁰ Contudo, já na segunda metade do século XIX, esses problemas da prática historiográfica foram detectados e explicitados por filósofos, como Dilthey, que elaboraram o chamado **historismo**,⁴¹ através do qual o paradigma rankiano conservou-se até hoje. O historismo não constitui propriamente uma "filosofia crítica da história",⁴² mas sim uma reflexão **a posteriori**, justificativa da prática historiográfica em vigor, cujos limites apontou.⁴³ É verdade que, sob um certo ângulo, o historismo enfatizou o caráter histórico de todas as sociedades humanas, pois considera que são as condições de tempo e lugar que propiciam as visões-de-mundo, através das quais os homens se concebem a cada momento, opondo-se, assim, a algumas formulações das nascentes ciências sociais (de então e de hoje), que desprezavam a História. Recuperando a tradição de Ranke, valorizou a interpretação, a compreensão, o "insight" do pesquisador, que deveria, em seguida, ser fundamentado pelo material empírico, mas agora selecionado de acordo com a hipótese inicial e com a consciência de que cada obra refletia uma certa perspectiva. Portanto, o conhecimento do histórico deixava de ser algo dado, para tornar-se uma elaboração mental do investigador.

Concomitantemente, porém, o historismo representou um autêntico obstáculo à possibilidade de repensar a prática historiográfica, à luz dos resultados obtidos pelas ciências sociais, por meio de um raciocínio não-historicista (embora pudesse ser histórico). Obstáculo tão mais resistente, quanto maior o seu sucesso no meio acadêmico, como uma alternativa à miopia em que chafurdava a instituição historiográfica em fins do século XIX. Ao distinguir as "ciências do espírito" das "ciências da natureza", atribuindo a cada uma delas um método próprio, conforme a relação entre o sujeito e o objeto do conhecimento, que supostamente mantinham, o historismo denunciou certos problemas da prática historiográfica narrativa, mas recusou-se, ao mesmo tempo, a resolvê-los, condenando o trabalho do historiador a uma subjetividade inevitável, enquanto resultado de uma visão-de-mundo irreduzível a critérios objetivos.

No fundo, o historismo conservou e acentuou o pressuposto básico da história-narração: a unicidade e irrepetibilidade dos fatos históricos. Isto obrigou-o a negar que o historiador possa recorrer à indução ou à dedução e a afastar, por

consequente, o método das ciências sociais do método científico em geral: com base na categoria de "compreensão" (*Verstehen*), incluiu o conhecimento histórico" na categoria mais geral (...) do conhecimento do homem pelo homem".⁴⁴ Por outro lado, ao enfatizar o caráter singular dos fatos históricos, cuja lógica cabe ao pesquisador *compreender* — isto é, sobrepôr à aparente anarquia do real correlações *ad hoc* entre os fatos — o historicismo vê-se impossibilitado de conceber a realidade social como uma totalidade teorizada/teorizável, constituída de partes que dependem de um todo, que, por sua vez, articula as partes.⁴⁵ Dessa forma, a história se transforma na "descrição do individual através dos universais", que opera com "conceitos empíricos" que não podem ser definidos, mas simplesmente explicados, correndo sempre o risco de acreditar no "jogo de ilusões suscitado pelos conceitos classificadores", mas que só atinge a "pureza [que] faz da História uma obra de arte", quando os "conceitos e categorias conseguem ser adequados aos fatos a interpretar".⁴⁶

Já no século XIX, porém, a obra de Marx pode ser tomada como indicando uma outra direção possível para o estudo das sociedades humanas; embora o desenvolvimento posterior do marxismo tenha contribuído, em muitos casos, para borrar as diferenças, ao adotar certas formulações do historicismo.⁴⁷ Apesar dos debates, um tanto academicistas sobre o campo de trabalho de Marx, e apesar do peso que considerações filosóficas e políticas tiveram em sua obra como um todo, ele teve como preocupação fundamental o que hoje costuma-se chamar de economia; exatamente, na época, o setor mais desenvolvido das ciências sociais.⁴⁸ Partia, portanto, de uma concepção até certo ponto bastante formalizada de alguns processos e, ao examinar situações concretas, como a Inglaterra em industrialização, em *O Capital*, não pretendia reconstituir, nem apenas descrever, um processo histórico, mas sim avaliar certas explicações anteriores, experimentando-as em momentos históricos específicos, para comprovar, refutar ou precisar a capacidade explicativa delas.⁴⁹ Por conseguinte, definia sua investigação em relação a um conjunto de princípios abstraídos teoricamente e não em relação a uma série de acontecimentos efetivamente produzidos, como a história-narração. O evento perdia a sua posição privilegiada de princípio explicativo, para tornar-se resultado da explicação. Por isso, Marx pôde ser considerado como o primeiro a construir modelos em ciências sociais, como destacou Fernand Braudel.⁵⁰

No final do século passado, outros setores dos estudos

sobre a sociedade começaram a ser demarcados por uma quantidade apreciável de pesquisadores, que, ao contrário do enciclopédico Marx, nem sempre levaram em consideração a História ou a produção historiográfica da época. Basta recordar os nomes de Durkheim, de Weber, de Malinowski, de Freud, de Saussure, de Vidal de la Blache. Sua importância não reside (para a abordagem conduzida aqui) tanto na validade ou não de suas teorias e das demarcações que estabeleceram, mas sim no esforço de isolar campos da totalidade social, que poderiam ser pensados de maneira relativamente autônoma, permitindo formulações limitadas, especializadas, mas ao mesmo tempo mais precisas. Para Adam Smith e os economistas em geral, por exemplo, o **mercado** não se define por um tempo e um lugar, não tem propriamente existência concreta, mas torna-se um conceito, que se define em função de determinadas variáveis, como a oferta e a demanda. Por essa via, o conhecimento do social deixa de enfatizar a sucessão diacrônica dos eventos, para concentrar-se na relação sincrônica de múltiplas variáveis, concebidas pelos pesquisadores, constituindo o todo uma reconstrução **mental** da realidade.

Quando este enfoque alcançou alguns historiadores, em princípios do século XX, originou-se (e foi apenas o início) uma outra prática historiográfica, aquela que François Furet denomina de **história-problema**. São, sobretudo, três os aspectos que a caracterizam: sua abertura em relação às ciências sociais; o desenvolvimento de novos métodos de trabalho com as fontes, embora conservando o mesmo temor ao anacronismo, que sempre estivera presente entre os historiadores do século anterior; a preocupação voltada, não tanto para o particular e o excepcional, e sim para o recorrente, para os fatos do dia a dia.⁵¹ Em vez de ocupar-se com nomes (indivíduos), ocupar-se do número (massa). Em vez do único, o geral. Em vez da inovação, a difusão.⁵² Em vez do processo, a estrutura. Em vez de transformações, permanências. Na realidade, não se trata de dicotomias tão marcadas. Não pretende fazer uma História imóvel, mas sim uma História que não se esqueça de que a mudança ocorre num quadro mais amplo, que a contém ou estimula.

Enquanto a história-narração toma o acontecimento em si, como seu objeto, a história-problema vai buscar, por trás do ocorrido, as forças anônimas que o provocam. Anônimas porque abstraídas, concebidas teoricamente pelo investigador, como hipótese geral de explicação. O foco da pesquisa deslo-

ca-se do acontecimento, tomado agora efetivamente como apenas o seu material empírico, para as construções mentais do pesquisador, que procura, assim, refazer, na sua mente, a realidade como concreto-pensado, única forma possível de apropriação racional do mundo.⁵³ Trata-se, portanto, de uma "revolução da consciência historiográfica";⁵⁴ inicialmente, a nível do objeto. À narração, substitui-se a problemática, mudança que se revela na passagem de títulos predominantemente narrativos, como "história de..." ou "o reinado de...", para títulos eminentemente temáticos: **O problema da incredulidade no século XVI; Os caracteres originais da história rural francesa; Os reis taumaturgos; O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II; Beauvais e o Beauvaisis de 1600 a 1730: contribuição à história social da França no século XVII; A Catalunha na Espanha moderna: pesquisas sobre os fundamentos econômicos das estruturas nacionais; A crise da economia francesa no fim do Antigo Regime e no início da Revolução; Guerreiros e camponeses; Ler e escrever: a alfabetização dos franceses de Calvino a Jules Ferry; A criança e a vida familiar sob o Antigo Regime.**⁵⁵ O contador de estórias, com sua moral, cede lugar ao investigador, com suas hipóteses.⁵⁶ A distância que esses procedimentos representaram, em relação à prática historiográfica do século XIX, evidencia-se quando Bloch afirma que o documento não fala se não soubermos interrogá-lo.⁵⁷ Ora, para organizar um questionário, são necessárias suposições, as quais evidentemente não constituem a própria realidade e sim o produto da atividade teórica do historiador. Vê-se, aqui, o parentesco com o procedimento de Marx, embora nem todos os autores citados — e nem mesmo a maioria seja constituída de marxistas.

Mas a revolução da consciência historiográfica ocorreu também num segundo nível: o da manipulação do objeto. Para a história-narração, o processo está contido nas fontes de época, e a importância destas mede-se pela riqueza narrativa que possam conter. Para a história-problema, a solução das indagações, que se propõe, encontra-se igualmente nos documentos de época, mas não necessariamente os narrativos, e tampouco de maneira óbvia. Não se trata mais apenas de assegurar uma leitura correta da fonte, mas sim de recortar **do conjunto** os elementos que importam à hipótese de que se parte. Na medida em que não se opera sobre dados imediatos, como os fatos cronologicamente ordenados, inevitavelmente os critérios do recorte derivam de uma construção mental do campo em exame, e aí reside a importância da abertura às

demais ciências sociais, pois são elas que fornecem os modelos teóricos da análise. E acrescenta Furet:

Assim tomba definitivamente a máscara de uma objetividade histórica que se encontraria escondida nos 'fatos' e descoberta ao mesmo tempo que eles; o historiador não pode mais escapar à consciência de que construiu seus 'fatos', e que a objetividade de sua pesquisa prende-se não apenas ao emprego de procedimentos corretos na elaboração e no tratamento desses 'fatos', mas à sua pertinência em relação às hipóteses de sua pesquisa.⁵⁸

Dessa forma, a História passa a constituir um campo de estudo, mais amplo e variado, para as construções mentais de setores do social, desenvolvidas pelas ciências sociais. A prática historiográfica se faz a mediação indispensável entre a formulação teórica e a situação concreta⁵⁹, por outro lado, desvenda permanências e novidades, cuja articulação fornece a dinâmica de cada conjuntura e a especificidade de cada estrutura, que podem, assim, ser teoricamente distinguidas.

As implicações das duas práticas historiográficas contemporâneas

A limitação da história-narração, do ponto de vista da filosofia da ciência,⁶⁰ não se encontra na preocupação com nomes ou datas e sim no seu caráter narrativo. Tem como objetivo **descrever** um certo processo, enquanto "a ciência é analítica". Ora, uma narração jamais pode ser analítica em si mesma, pois a análise, ao procurar "descobrir os elementos que compõem cada totalidade e as interconexões que explicam sua integração",⁶¹ exige que os elementos conservem-se idênticos, ao menos por uma relativa duração, e não que se transformem continuamente, no perpétuo devir da História, que a narrativa procura apreender.⁶² Tampouco os fatos, tomados na sua individualidade de "fatos históricos", podem conduzir a generalizações do tipo a que a ciência se propõe. A ciência, diz Mario Bunge, "não se serve dos dados empíricos — que sempre são singulares — como tais; estes são mudos, enquanto não são manipulados e convertidos em peças de estruturas teóricas".⁶³ A ciência respeita os fatos, sim; mas transcende-os, descartando alguns, produzindo outros, explicando-os. E mais:

o conhecimento científico racionaliza a experiência em lugar de limitar-se a descrevê-la; a ciência dá conta dos fatos, não inventariando-os, mas explicando-os por meio de hipóteses (...) e sistemas de hipóteses (teorias).⁶⁴

Enquanto isto, para a história-narração, o acontecimento,

súbita irrupção do único e do novo na cadeia do tempo, não pode ser comparado com nenhum antecedente [e] o único meio de integrá-lo na História é dar-lhe um sentido teleológico: se ele não tem passado, há de ter um futuro.⁶⁵

Para unir no contínuo da narrativa as descontinuidades dos fatos, o historiador, além de criar um sentido teleológico para os acontecimentos, acaba por valer-se de generalizações, mais ou menos conscientes, que agrupam ocorrências semelhantes e permitem atribuir relações de causa e consequência na direção desejada. Generalizações que, por sua vez, propiciam ao leitor sagaz, em função das concepções que ele próprio desenvolveu, através de sua experiência particular, sobre a sociedade e os homens, a substância para um enriquecimento ou revisão — tão subjetivos quanto — de suas generalizações anteriores. Como a leitura de um romance ou de uma poesia faz leitores diversos sonhar, cada qual à sua moda, e abandonar o volume com a sensação de terem ampliado suas vivências, em relação aos homens, à sociedade ou à condição humana em geral, graças à intenção que julgaram identificar no autor. No caso da História, o processo repete-se, apenas valorizado pelo fato de que os personagens e acontecimentos narrados são "autênticos", validando-se o esforço, dispendido na obra, com a atribuição de que se trata de um conhecimento; não totalmente científico, é verdade, porque subjetivo, mas conhecimento assim mesmo, porque generalizável.⁶⁶ A prática historiográfica transforma-se em ponte entre a arte e a ciência, quando é o "estilo" do autor que cria o clima propício para a fantasia do leitor;⁶⁷ quando consegue sugerir, mais do que afirmar; quando situa seu discurso entre um **modo denotativo** (fatos e personagens "reais") e um **modo conotativo** (a visão-de-mundo do autor, recriando o universo analisado com intensidade e unidade); quando, para ser "doce" e "útil" em relação a seus leitores adequados,

aquilo que ela afirma por forma organizada seja superior ao estado de sonho acordado ou

de reflexão daqueles; [quando] ela lhes dê prazer pela habilidade com que articula o que eles julgam ser algo idêntico ao sonho acordado e à reflexão e pela libertação que eles experimentam por via dessa articulação.⁶⁸

Por outro lado, essa prática historiográfica não pode esperar ser assimilada por todos e alcançar a unanimidade; só pode operar, efetivamente, através da **compreensão**, tanto no nível do historiador — apenas um leitor privilegiado — quanto no do seu público. Deve, por conseguinte, renunciar à objetividade e à cientificidade.

Já a história-problema, quando passa a tomar às ciências sociais hipóteses de empréstimo, transformando o passado em seu campo de experiência, vê-se obrigada a deixar de ocupar-se da História enquanto processo de fatos únicos e irrepetíveis, a ser puramente reconstituído. O objeto da pesquisa deve ser previamente construído, o que significa identificar e hierarquizar certos elementos que o compõem, em função da concepção que se faz dele, a partir das hipóteses adotadas. Deixa de ser, portanto, o objeto real e torna-se um objeto pensado, embora complexo porque síntese articulada de diversos elementos, que agem como suas determinações (teóricas).⁶⁹ Dito de outro modo, trata-se de uma seleção que distingue no objeto certas características que o tornam teoricamente relevante — quer dizer, significativo em relação a outras formulações acerca do mesmo objeto, acerca de objetos afins ou acerca de objetos supostamente interligados. Características que só podem ser percebidas e precisadas através de uma análise e que, por outro lado, justamente por não constituírem parte integrante de um objeto específico, mas sim por serem entidades abstraídas racionalmente, podem ser detectadas em outros casos, permitindo generalizações explícitas e a formulação de leis, como qualquer ciência fática.⁷⁰ Finalmente, o objeto assim construído intelectualmente não se assemelha exatamente a nenhum objeto específico, da mesma forma que o conceito de digestão não reproduz precisamente a digestão de indivíduo algum com existência concreta: transcendendo, portanto, os fatos.⁷¹

Ao abordar o estudo das sociedades dessa maneira, a prática historiográfica identifica-se, assim, às ciências em geral. A formulação explícita de hipóteses, suportadas empiricamente, afasta-a do pântano do subjetivismo e transfere a discussão das concepções individuais de cada um para o debate

científico sobre a fundamentação empírica e sobre a articulação das hipóteses entre si. Debate que se faz sobre enunciados despidos de conotações pessoais, na medida em que elaborados, em todas as suas etapas, ao invés de ocultarem-se sob a forma de pressupostos. Prática historiográfica, por conseguinte, que conduz sua investigação no sentido de resolver problemas na elaboração, justificação ou articulação das hipóteses que utiliza, mas que não pode negar a duração, para citar Marc Bloch ainda uma vez, como a categoria na qual o historiador naturalmente respira.⁷² Esta é a sua contribuição fundamental à abordagem das ciências sociais.⁷³ O estudo das sociedades não pode deixar de levar em conta que os homens não pensaram e agiram sempre da mesma forma e que, tampouco, relacionaram-se da mesma maneira com o meio que os cercou. As sociedades instigam, modelam e limitam, até certo ponto, o comportamento dos homens e, todavia, articulam-se diversamente, como um todo, na medida que esses mesmos homens pensam e agem sobre o mundo, e, em consequência, sobre si próprios. Transformações que ocorrem e ficam registradas na História, perpétuo devir; mas que, uma vez objetivado, exige, na interseção da investigação do historiador e do cientista social, a **periodização**, que rasga, do tecido inconsútil em que os eventos se inserem, estruturas, permanências, séries. Só então, no interior dessas durações **teoricamente** homogêneas, torna-se possível analisar e generalizar, cientificamente, processos específicos, para distinguir a peculiar combinação, naquele caso, dos vetores que a teoria aponta como relevantes e, assim, reavaliar a capacidade deles de serem significativos para a teoria. Negar essa metodologia equivaleria a ignorar que o comportamento de um corpo altera-se conforme a densidade do fluido em que se encontra.

Sob este ângulo, a prática da história-problema não deve temer, porém, em primeiro lugar, que seus procedimentos tornem-se cada vez mais formalizados e menos acessíveis a leigos. A ciência é, por necessidade, especializada, embora sempre persista o problema de conservar, ou até de elaborar uma concepção articulada do todo.⁷⁴ Nem pode, em segundo lugar, recusar que esses procedimentos sejam crescentemente quantificados ou traduzidos em linguagens específicas, que se aproximam das matemáticas.⁷⁵ Em seguida, deve reconhecer que a sua prática deixou de distinguir-se, efetivamente, da prática dos cientistas sociais (o inverso também é verdadeiro) e, portanto, desistir de reivindicar para Clio, a velha musa da História, um lugar particular no campo intelectual, já ocupado, de fato, pela economia, pela sociologia, pela antropologia,

pela psicologia... Finalmente, deve renunciar à pretensão de que em seus trabalhos conserve-se aquele sopro mágico de vida, de vivência, que sempre constituiu um dos atrativos da História.⁷⁶

Em suma, se é operatória, se é útil e esclarecedora a concepção de que não se pode considerar a História uma disciplina única e monolítica, mas sim encará-la como o objeto de uma reflexão sobre os homens, a qual traduz-se em diversas práticas historiográficas, conforme o lugar e o momento, não tem sentido questionar-se sobre o estatuto da História como conhecimento. Antes, deve-se definir com precisão as práticas que a tomam como objeto e, em seguida, questionar o estatuto de cada uma delas. Na prática historiográfica profissional de hoje em dia parece estar ocorrendo uma confusão entre uma história-narração e uma história-problema. Não há porque detratar uma em nome da outra, e sim reconhecer os objetivos, as possibilidades e os limites de cada uma. Então será possível, talvez, construir uma **poética**⁷⁷ da história-narração e uma **epistemologia**⁷⁸ da história-problema. Até lá, confundi-las sob o termo genérico de História só contribui para dificultar o debate e para retardar o desenvolvimento de ambas as práticas, conservando-se oculta a **polissemia** que autoriza cobrar de uma prática aquilo que é característico da outra; ou que autoriza negar a uma o que só pode ser negado à outra. Felizmente, as sociedades humanas têm em comum com a música (ou qualquer outra produção que realizarem) a complexidade necessária para comportarem, ao mesmo tempo, o **intérprete**, que permite usufruir as obras já realizadas, e o **analista**, o musicólogo, no caso, que permite explicá-las. A discussão entre eles, inevitável, só pode ser fecunda para ambos.⁷⁹

NOTAS

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

Este artigo constitui uma versão bastante reformulada da comunicação que apresentei ao XI Simpósio Nacional da ANPUH, em João Pessoa (1981), e que permaneceu inédita. Gostaria de agradecer os minuciosos comentários, feitos à primeira redação, dos profs. Ciro F. S. Cardoso e Almir Chaiban-El-Kareh; bem como o incentivo de leituras e discussões dos profs. Salma T. Muchall, Alberto Oliva, Antônio Carlos de Souza Lima e Ana Maria dos Santos, todos animados de amizade e despreendimento. Sonia Regina de Mendonça partilhou a elaboração, não só com seu apoio afetivo, mas também com a clareza e objetividade de crítica que a caracteriza. Meus alunos sofreram as primeiras tentativas de expor as idéias que contém, e devo-lhes, de certa forma, desculpas. Recentemente, uma palestra no III Encontro Estadual de Professores de His-

pela psicologia... Finalmente, deve renunciar à pretensão de que em seus trabalhos conserve-se aquele sopro mágico de vida, de vivência, que sempre constituiu um dos atrativos da História.⁷⁶

Em suma, se é operatória, se é útil e esclarecedora a concepção de que não se pode considerar a História uma disciplina única e monolítica, mas sim encará-la como o objeto de uma reflexão sobre os homens, a qual traduz-se em diversas práticas historiográficas, conforme o lugar e o momento, não tem sentido questionar-se sobre o estatuto da História como conhecimento. Antes, deve-se definir com precisão as práticas que a tomam como objeto e, em seguida, questionar o estatuto de cada uma delas. Na prática historiográfica profissional de hoje em dia parece estar ocorrendo uma confusão entre uma história-narração e uma história-problema. Não há porque detratar uma em nome da outra, e sim reconhecer os objetivos, as possibilidades e os limites de cada uma. Então será possível, talvez, construir uma **poética**⁷⁷ da história-narração e uma **epistemologia**⁷⁸ da história-problema. Até lá, confundi-las sob o termo genérico de História só contribui para dificultar o debate e para retardar o desenvolvimento de ambas as práticas, conservando-se oculta a **polissemia** que autoriza cobrar de uma prática aquilo que é característico da outra; ou que autoriza negar a uma o que só pode ser negado à outra. Felizmente, as sociedades humanas têm em comum com a música (ou qualquer outra produção que realizarem) a complexidade necessária para comportarem, ao mesmo tempo, o **intérprete**, que permite usufruir as obras já realizadas, e o **analista**, o musicólogo, no caso, que permite explicá-las. A discussão entre eles, inevitável, só pode ser fecunda para ambos.⁷⁹

NOTAS

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

Este artigo constitui uma versão bastante reformulada da comunicação que apresentei ao XI Simpósio Nacional da ANPUH, em João Pessoa (1981), e que permaneceu inédita. Gostaria de agradecer os minuciosos comentários, feitos à primeira redação, dos profs. Ciro F. S. Cardoso e Almir Chaiban-El-Kareh; bem como o incentivo de leituras e discussões dos profs. Salma T. Muchail, Alberto Oliva, Antônio Carlos de Souza Lima e Ana Maria dos Santos, todos animados de amizade e despreendimento. Sonia Regina de Mendonça partilhou a elaboração, não só com seu apoio afetivo, mas também com a clareza e objetividade de crítica que a caracteriza. Meus alunos sofreram as primeiras tentativas de expor as idéias que contém, e devo-lhes, de certa forma, desculpas. Recentemente, uma palestra no III Encontro Estadual de Professores de His-

tória, em Caxias do Sul (outubro de 1983), revelou-se uma nova oportunidade para expô-las e discutí-las. Além disso, propiciou um encontro com a prof^a Margaret Marchiori Bakos, do qual resultou o convite para publicar este trabalho: sou-lhe muito grato por esse estímulo. Naturalmente, o resultado final é de minha única responsabilidade.

1 Marc Bloch. *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*. Paris, Armand Colin, 1967. p. 1.

2 A título de exemplo, lembro, de um lado, o famoso artigo de Carl G. Hempel. "Explanation in Science and History". In: P. H. Nidditch (ed.) *The Philosophy of Science*. Oxford, Oxford University Press, 1977. p. 54-79, cuja primeira publicação data de 1962, mas que não utiliza historiador algum posterior a 1930 (sem discutir a relevância daqueles que menciona) para sustentar seus argumentos; e, do outro, os dois também célebres livros de síntese sobre a historiografia contemporânea: Charles Samaran (org.). *L'histoire et ses méthodes*. Paris, Gallimard 1967 e J. Le Goff, R. Chartier & J. Revel. *La nouvelle histoire*. Paris, Retz, 1978. No primeiro, só encontrei uma única referência a G. Bachelard (p. 314, num artigo sobre arqueologia); no segundo (tanto quanto foi possível, sem o auxílio de um índice onomástico), a indicação de alguns nomes ligados à história da ciência, como R. K. Merton, J. D. Bernal, T. S. Kuhn e A. Koyré (p. 504-6). O distanciamento entre historiadores e filósofos da ciência torna-se ainda maior à medida que aceita-se a distinção entre "ciências da natureza" e "ciências do espírito", estabelecida pelo historicismo (cf. nota 41, infra). Há, evidentemente, exceções, como Mario Bunge. *Epistemologia*. São Paulo, T. A. Queiroz/EDUSP, 1980 (cf. p. 137-65) e C. F. S. Cardoso. *Uma introdução à história*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

3 J. Godoy & I. Watt. "The Consequences of Literacy". In: Jack Goody (ed.). *Literacy in Traditional Societies*. Cambridge, Cambridge University Press, 1981. p. 27-68, especialmente p. 34.

4 M. Bloch. *Op. cit.*, p. 5-9.

5 Michel de Certeau. "L'opération historiographique". In: *L'écriture de l'histoire*. Paris, Gallimard, 1975. p. 63-120. Cf. p. 77.

6 Tomo filosófico aqui no sentido em que tanto a epistemologia quanto a teoria do conhecimento (ou gnosologia) podem ser estreitamente relacionadas à chamada "filosofia da ciência". Cf. Robert Blanché. *A epistemologia*. Lisboa, Presença, 1975. p. 18-26.

7 Cf. Pierre Bourdieu. "O mercado de bens simbólicos". In: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1974. p. 99-181 e Georges Gusdorf. *De l'histoire des sciences à l'histoire de la pensée*. Paris, Payot, 1966. p. 286-310, sobretudo.

8 *The Structure of Scientific Revolutions*. 2nd ed. Chicago, University of Chicago Press, 1973. Traian Stoianovich. *French Historical Method: the Annales Paradigm*. Ithaca, Cornell University Press, 1976, realizou uma análise semelhante, mas com resultados diversos. Cf. p. 25-39.

9 A expressão é de George H. Nadel, citado por T. Stoianovich. *Op. cit.*, p. 26.

10 A idéia de história. Lisboa, Presença, s/d. p. 38-40. Ver também, para os historiadores gregos, Moses I. Finley. "Introduction". In: Idem (ed.) *The Greek Historians: the Essence of Herodotus, Thucydides, Xenophon, Polybus*. New York, Viking, 1975.

11 R. G. Collingwood. *Op. cit.*, p. 81-90. Cf. também Georges Duby *O tempo das catedrais*. Lisboa, Estampa, 1979. p. 87-8.

12 Cf. François Furet & Jacques Ozouf. "Trois siècles de métissage culturel". *Annales E. S. C. Paris*, 32 (3): 48-502, mai-juin 1977.

13 Cf. Georges Lefebvre. *La naissance de l'historiographie moderne*. Paris, Flammarion, 1971. p. 110 para exemplos de beletristas e p. pp 94 e 95 para a atitude de Descartes face à História. Ver também Orest Ranum. *Artisans of*

Glory: Writers and Historical Thought in Seventeenth-Century France. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1980.

14 Para a prática historiográfica e o pensamento histórico no século XVIII, cf. Peter Gay. **The Enlightenment: an Interpretation** (v. 2: The Science of Freedom). New York, Norton, 1977. p. 368-96 e Deny Hay. **Annalist and Historians: Western Historiography from the VIII th to the XVIII th Century.** London, Methuen, 1977.p. 169-85.

15 A. Dauzat, J. Dubois & H. Mitterand. **Nouveaud ictionnaire étymologique et historique.** Paris, Larousse, 1971. p. 274.

16 Cf. D. Hay. **Op. cit.** e também Hervé Martin. "L'histoire érudite de Mabillon à Fustel de Coulanges". In: G. Bourdéd & H. Martin. **Les écoles historiques.** Paris, Seuil, 1983. p. 83-111 e B. A. Haddock. **An Introduction to Historical Thought.** London, Edward Arnold, 1980. p. 45-59, sobretudo. A tradição dessa corrente erudita, porém, é mais antiga: cf. Bernard Guenée. **Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval.** Paris, Aubier Montaigne, 1980.

17 T. S. Kuhn. **Opp. cit.**, p. 10. Para Gibbon, ver as observações de D. Hay. **Op. cit.**, p. 181-5, apoiado em A. Momigliano.

18 A esse respeito, é importante o comentário de William Robertson sobre as obras de Voltaire, apud D. Hay. **Op. cit.**, p. 172-3.

19 De certo que não se trata de mera coincidência que os introdutores do paradigma rankiano em Portugal e no Brasil, A. Herculano e F. A. de Varnhagen, respectivamente, tenham se tornado os patronos dos historiadores lusobrasileiros.

20 As biografias, com raras exceções, constituem a continuação da tradição dos beletristas, assim como a maioria dos trabalhos realizados pelos Institutos Históricos o são daquela representada pelos eruditos. A obra de Toynbee e o chamado marxismo vulgar exemplificam a persistência das filosofias da História no século XX.

21 Ver mais adiante.

22 Cf. P. Bourdieu. Artigo cit., p. 100-4, sobretudo. Tentei aprofundar esse aspecto no 1º capítulo de minha dissertação de mestrado, em fase final de redação, **A criação do Seminário de Olinda: educação e política na crise do artigo sistema colonial**, cuja entrega à UFF deve ocorrer em julho de 1984.

23 Essa combinação foi mais frequente do que o número de autores citados deixa perceber. Cf. D. Hay. **Op. cit.**

24 Cf. Eric J. Hobsbawm. "Building Nations". In: **The Age of Capital.** London, Weidenfeld & Nicolson, 1975. p. 82-97 e Pierre Vilar. "Ensino primário e cultura popular em França durante a III República". In: L. Bergeron (org.). **Níveis de cultura e grupos sociais.** Lisboa/Santos, Cosmos/Martins Fontes, 1974. p. 331-43.

25 "Marxismo e história no desenvolvimento das ciências humanas" e "A história depois de Marx". In: **Desenvolvimento econômico e análise histórica.** Lisboa, Presença, 1982. p. 107-38 e 215-25, respectivamente.

26 Cf. nota 41, infra.

27 Cf. Alain Guerreau. **Le féodalisme: un horizon théorique.** Paris, Le Sycomore, 1980. p. 121-2.

28 Os exemplos seriam, provavelmente, mais numerosos se minha informação fosse mais ampla. No entanto, já me parecem significativos o bastante para considerá-lo, como diria E. H. Carr, um "fenômeno social". Cf. **What is History?** Harmondsworth, Penguin, 1975. p. 43.

29 Cf. G. Bourdéd & H. Martin. **Op. cit.**, p. 201-7, sobretudo, e A. Guerreau. **Op. cit.**, p. 142-4.

30 É este o título da coletânea organizada por J. Le Goff & P. Nora. **Faire de l'histoire: nouveaux problèmes, nouvelles approches, nouveaux objets.** Paris, Gallimard, 1974. 3v.

31 "Le quantitatif en histoire". In: J. Le Goff & P. Nora (org.). **Faire de l'histoire: nouveaux problèmes**, cit., p.4 2-61.

32 A metáfora é retirada, com um pequeno enxerto, do clássico Ch. V. Langlois & Ch. Seignobos. **Introdução aos estudos históricos**. Trad. de L. de A. Morais. São Paulo, Renascença, 1946. p. 45.

33 Desprezar esses resultados equivaleria a mofar do astrônomo que pacientemente calcula as distâncias celestes.

34 Gérard Mairret. **Le discours et l'historique: essai sur la représentation historique du temps**. (Paris), Maison Pame, 1974. p. 20.

35 Idem. *Ibid.*, p. 111. Cf. ainda p. 31.

36 F. Furet. "Le quantitatif en histoire", cit., p. 54.

37 Cf. Ernest Nagel. "Ciência: natureza e objetivo". In: Sidney Morgenbesser (org.). **Filosofia da ciência**. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1975. p. 15-6.

38 Guizot, por exemplo, não se faz de rogado para atribuir aos possesores de feudos "um certo gosto de progresso, de melhoramentos", como se fossem burgueses do século XIX. Veja-se o primeiro parágrafo de seu **Cours d'histoire moderne**, apud J. Ehrard & G. Palmade. **L'histoire**. Paris, Armand Colin, 1965. p. 208. Para os "sujeitos neutros", cf. Régine Robin. **Histoire et linguistique**. Paris, Armand Colin, 1973. p. 20. Vejam-se ainda as observações de G. Mairret. **Op. cit.**, p. 79-94, sobre Lucien Febvre.

39 Cf. N. R. Hanson. "Observação e interpretação". In: G. Morgenbesser (org.). **Filosofia da ciência**, cit., p. 127-38.

40 Sobre a inadequação do termo "positivista" para a prática historiográfica do século XIX, cf. A. Guerreau. **Op. cit.**, p. 142 e G. Bourdê & H. Martin. **Op. cit.**, p. 161-8.

41 Conforme explica Sérgio Buarque de Holanda, este termo parece mais adequado que o mais usual de "historicismo" ou "historicismo alemão", pois evita confusões. Cf. "Introdução: o atual e o inatual em L. von Ranke". In: S. B. de Holanda (or.). **L. von Ranke: história**. São Paulo, Ática, 1979. p. 8.

42 É o título de uma das obras do principal difusor do historicismo na França: Raymond Aron. **La philosophie critique de l'histoire: essai sur une théorie allemande de l'histoire**. Paris, Vrin, 1969. (A primeira edição é da década de 1930).

43 É justamente o objetivo da mais famosa obra de Raymond Aron. **Introduction à la philosophie de l'histoire: essai sur les limites de l'objectivité historique**. Paris, Gallimard, 1981.

44 H.-I. Marrou. **Sobre o conhecimento histórico**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. p. 68-9.

45 A expressão final é de Pierre Vilar. "Histoire marxiste, histoire en construction". In: J. Le Goff & P. Nora (org.). **Faire de l'histoire: nouveaux problèmes**, cit., p. p. 208. Contudo, a crítica foi sugerida pelo prof. Ciro F. S. Cardoso, num comentário pessoal.

46 Paul Veyne. "Os conceitos em história". In: M. B. Nizza da Silva (org.). **Teoria da história**. São Paulo, Cultrix, 1976. p. 120, 125, 128 e 134. O texto foi extraído de *Comment on écrit l'histoire*. Paris, Seuil, 1971.

47 Exemplo disso é o livrinho de Lucien Goldmann. **Ciências humanas e filosofia: o que é a sociologia?** São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967. Cf. p. 31-3.

48 Cf. Karl Marx. **Théories sur la plus-value**. (v. 1). Éd. de G. Badia. Paris, Éd. Sociales, 1974. p. 31-2.

49 Nada mais diverso da prática historiográfica usual no século XIX do que o capítulo XX, "Considerações históricas sobre o capital mercantil", do 3º volume de **O Capital**. Cf. K. Marx. **Le Capital**. (v. 3). Trad. de Mme. Cohen-Solal et G. Badia. Paris, Éd. Sociales, 1976. p. 307-18 (Éd. de Poche).

50 "La longue durée: histoire et sciences sociales". In: **Écrits sur l'histoire**. Paris, Flammarion, 1969. p. 80.

51 Para uma exposição geral da formação e características do grupo dos **Annales**, cf. Ciro F. S. Cardoso & H. Pérez Brignoli. **Os métodos da história**. Rio de Janeiro, Graal, 1979. p. 21-67 e 470-7; G. Bourdê & H. Martin. **Op. cit.**,

Revolução Francesa", sugrindo, assim, não só o temor das realezas européias face à tormenta de 1789, como também, conforme o leitor, um eco da primeira frase do **Manifesto comunista**. Cf. **Os donos do poder**. 2a. ed. Porto Alegre/São Paulo, Globo/EDUSP, 1975. p. 798.

68 René Wellek & Austin Warren. **Teoria da literatura**. 4a. ed. Lisboa, Europa-América, s/d. p. 33. Naturalmente, os autores referem-se à literatura e não à história. Para o que acontece imediatamente, cf. também p. 24 e 152.

69 K. Marx. "La méthode de l'économie politique", cit., p. 165.

70 M. Bunge. Art. cit., p. 17 e 18, sobretudo.

71 Exemplo semelhante é dado por C. F. S. Cardoso & H. Pérez Brignoli.

Os métodos da história, cit., p. 434.

72 M. Bloch. **Apologie...**, cit., p. 5.

73 Cf. F. Braudel. Art. cit., p. 78 e 79 e Pierre Vilar. "Para una mejor comprensión entre economistas e historiadores. ?'Historia cuantitativa' o Econometria retrospectiva?" In: Jean Marzewski & Pierre Vilar. **?Qué es la historia cuantitativa?** Buenos Aires, Nueva Visión, 1973. p. 69-97. Cf. especialmente p. 76-8.

74 M. Bunge. Art. cit., p. 20-1.

75 Idem. **Ibid.**, p. 22.

76 M. Bloch. **Apologie...**, cit., p. X-XI.

77 Cf. Tzvetan Todorov. **Poétique**. Paris, Seuil, 1968. Cf. particularmente p. 15-28.

78 R. Blanché. **Op. cit.**, p. 147-54.

79 Infelizmente, por falta de oportunidade, de acesso ou de simples disponibilidade de tempo, muitas obras importantes não foram utilizadas neste artigo, que não tem a pretensão de ser enciclopédico. Não queira finalizar, porém, sem ao menor indicar algumas das lacunas mais flagrantes, embora vá me limitar apenas àquelas mais diretamente relacionadas com a prática historiográfica. Seria impossível tentar algo semelhante para a filosofia da ciência ou para as reflexões dos cientistas sociais. A obra de Jerzy Topolski, de que me vali de um pequeno trecho, já se encontra mais acessível e foi traduzida para o italiano: **Metodologia della ricerca storica**. Bologna, II Mulino, 1975. Alguns artigos de Arnaldo Momigliano foram recentemente reunidos numa coletânea francesa: **Problèmes d'historiographie ancienne et moderne**. Paris, Gallimard, 1983. Josep Fontana publicou em 1982 um importante **Historia: análisis del pasado y proyecto social**. Barcelona, Crítica, 1982. É sugestivo, pelo menos, o título da obra de Hayden White. **Metahistory: the Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe**. Baltimore, The John Hopkins University Press, 1979. Também parece merecer atenção o trabalho de Arthur Marwick. **The Nature of History**. 2nd ed. London, Macmillan, 1982. Para encerrar: Umberto Morelli (org.). **Metodologia della ricerca storica: bibliografia (1900-1970)**. Torino, Giappichelli, 1974, cuja indicação devo ao prof. Cayo Garcia.